

RELAÇÕES RACIAIS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: UMA AVALIAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NO ESTADO DE MATO GROSSO

**Vanda Lucia Sa Gonçalves
Emanuel Alves de Moura**

Resumo

Este trabalho tem por objetivo avaliar a implementação da Lei 10.639/03 – formulada e implementada pela SECAD através dos programas Rede para a Diversidade e Uniafro no âmbito da UAB no estado de Mato Grosso. Como esses programas abrangem a universidade, o estado e seus respectivos municípios, optou por delimitar a área de estudo, focalizando os programas executados no âmbito da universidade através do NEPRE. Essa pesquisa avaliativa teve como sujeitos alunos dos cursos Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira. A coleta de dados foram leis, documentos e relatórios, bem como um questionário aplicado via online aos alunos dos cursos. Constatou-se que apesar de se tratar de um programa federal com uma rede estruturada, o alcance dos processos de formação para a implementação da Lei 10.639/03 tem sido restritos no estado de Mato Grosso.

Palavras chaves: **Formação continuada de professores; relações raciais; educação a distancia.**

Diante das intensas mudanças tecnológicas e econômicas que estão ocorrendo no mundo atual, novas exigências estão se impondo, principalmente a educação. Atualmente, um dos desafios com que a comunidade educacional depara é o de oferecer por meio das instituições escolares, uma educação qualidade que promova a formação de cidadãos alinhados com essas mudanças. No entanto, construir uma escola numa perspectiva de qualidade, embora seja possível, não é uma tarefa fácil de ser empreendida quando pensamos em um país com dimensões geográficas como o nosso, com persistente e relevante índices de desigualdades educacionais, principalmente as raciais que se mantêm mesmo com os avanços no âmbito educativo como a universalização do acesso a educação básica, a garantia de nove anos de Ensino Fundamental e mais três de Ensino Médio, incluindo a educação de jovens e adultos, educação infantil e educação técnica.

Embora possa ser reconhecido o esforço de ampliar o acesso a escolarização. Várias pesquisas denunciam que o silêncio sobre o racismo, o preconceito e a discriminação racial nas instituições educacionais contribui para que as diferenças de fenótipos entre brancos e negros sejam entendidas como desigualdades naturais. Mais do que isso, reproduzem ou reconstróem os negros como sinônimos de inferiores. O silêncio escolar sobre o racismo cotidiano não só impede o florescimento do potencial intelectual de milhares de mentes brilhantes nas escolas brasileiras, tanto de alunos negros quanto de brancos. Acarretando aos indivíduos negros: auto-rejeição, desenvolvimento de baixa auto-estima com ausência de reconhecimento de capacidade pessoal; rejeição ao seu outro igual racialmente; timidez; pouca ou nenhuma participação em sala de aula, recusa em ir a escola e, conseqüentemente evasão escolar. Para o aluno branco, acarretam: a cristalização de um sentimento irreal de superioridade, proporcionando a criação de um círculo vicioso que reforça a discriminação racial, no cotidiano escolar, bem como em outros espaços da esfera pública. (CAVALEIRO, 2005).

Essas pesquisas mostram que não basta proporcionar acesso a escola para todos. Urge principalmente a oferta de condições para que ocorra a permanência dos alunos negros no ambiente escolar. Nesse sentido, várias leis e documentos foram publicados, bem como políticas educacionais foram elaboradas, principalmente a partir de 1990, apontando para a necessidade de uma formação que supere ao modelo idealizado de educando, onde os alunos independentemente de suas diferenças possam ter direito a uma educação de qualidade. Assim, a aprovação da Lei 10.639/2003, a Resolução CNE/CP n.1/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana se constituem num passo importante para a almejada educação de qualidade.

Partindo do reconhecimento da necessidade de implementação da Lei 10.639/03 e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a SECADI através de convênios com as diversas secretarias que compõe o MEC criou programas, projetos cuja finalidade, cada um com sua especificidade, visam à implementação de ações tem como a melhoria desigualdades educacionais e melhoria na qualidade de ensino. Nessa direção criou-se a Rede de Educação para a Diversidade (REDE) com ações a serem implementadas por instituições públicas de educação superior para atender a diversidade em geral, e o Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (Uniafro) por meio da Resolução CD/FNDE nº 14, de 28 de abril de 2008.

Destinado a professores, gestores e demais profissionais da educação básica, ambos os programas tem como objetivo fomentar ações voltadas para a formação inicial e continuada de professores da educação básica para inserção das temáticas da diversidade conforme as especificidades as demandas e necessidades de seus alunos e, para a elaboração de material didático específico para a população negra, caso específico do Uniafro.

Os cursos de formação inicial e continuada, assim como os materiais didáticos ofertados pelo Uniafro, visam à implementação do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e à promoção do estudo da História da África e Cultura Afro-Brasileira. A intenção é contribuir para a superação dos preconceitos e atitudes discriminatórias do racismo por meio da aplicação de práticas pedagógicas qualificadas nesses temas nas escolas de educação básica no Brasil.

Dessa forma, o governo reconhece que a melhoria do quadro de desigualdades educacionais será alcançado com a simultaneidade de diversas ações, entre elas, a formação continuada de professores, já que implantar e implementar toda política educacional demandará investimentos na formação do professor seja qual for a temática em curso, pois este “desenvolve suas ações a partir das condições efetivas que lhes forem dadas” (NOVOA, 1995, p.36)

No Mato Grosso o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação - Nepre oferece desde a sua criação em 2001 cursos de formação continuada dirigida a professores, gestores e técnicos das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação com a temática racial. Inicialmente através de convenio com as Secretarias Municipais e Estaduais realizou cursos de extensão na modalidade presencial e a partir de 2006 oferece cursos de aperfeiçoamento e especialização na modalidade à distância e presencial em parceria com a NEAD e UAB.

A formação continuada de professores constitui-se, por si só, um grande desafio. Maior ainda quando pensada para um grande contingente de profissionais distribuídos em um território de dimensões continentais como o Brasil. Diante dessa realidade, a Educação a Distância apresenta-se como uma alternativa importante, uma vez que proporciona ao professor vivenciar sua formação sem se ausentar de suas atividades, e permite que um trabalho de qualidade possa ser desenvolvido, democraticamente, em todo o País (MEC, 2006).

O consentimento para o funcionamento da educação na modalidade a distancia para a formação (inicial e continuada) consta no texto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Antes essa modalidade de ensino se destinava a pessoas que buscavam

concluir a educação básica (tele cursos) ou na formação continuada muito disseminada nas instituições de ensino privadas. Posteriormente, com o Plano Nacional de Educação, em 2001, essa modalidade de ensino passou a ser proposta com entusiasmo pelos gestores públicos como uma saída para resolver o histórico déficit de professores no país. Caberia aos gestores da Secretaria de Educação a Distância (SEED), criada em maio de 1996, desenhar as ações em conjunto com a Secretaria de Educação Básica (SEB) e colaboração das secretarias de Educação Especial (SEESP) e Educação Superior (SESu). As IES públicas foram conclamadas a entrar no empreendimento, assim como, num primeiro momento, as organizações de ensino superior, beneficentes e confessionais. Quatro políticas de formação, na época, específicas para professores foram gestadas no MEC: a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica, o Pró-Letramento, o Pró-Licenciatura e a Universidade Aberta do Brasil. (FERREIRA, 2013)

Esses quatro empreendimentos significaram assumidamente a entrada da educação pública de ensino superior na modalidade da educação a distância (EaD), definida por Preti (1996) como uma alternativa pedagógica de grande alcance que deve utilizar e incorporar as novas tecnologias como meio para alcançar os objetivos das práticas educativas implementadas, tendo sempre em vista as concepções de homem e sociedade assumidas e considerando as necessidades das populações a que se pretende servir.

Ainda segundo o autor a educação a distância deve ser compreendida como uma prática educativa situada e mediatizada, um a modalidade de se fazer educação, de se democratizar o conhecimento. É portanto, uma alternativa pedagógica que se coloca hoje ao educador que tem uma prática fundamentada em uma racionalidade ética, solidária e compromissada com as mudanças sociais”

Foi por meio dessas políticas que o NEPRE executou em parceria com a UAB no período de 2009 a 2011 dois cursos de aperfeiçoamento à distância e dois cursos de especialização: um presencial e outro a distância financiados pelo Ministério da Educação através da Rede de Educação para a Diversidade (Rede) o Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (Uniafro).

Embora todos esses cursos sejam objeto de estudo, apresentarei neste trabalho dados referentes ao curso de aperfeiçoamento Relações Raciais e Educação que aconteceu no período de setembro de 2010 a março de 2011.

Desse modo, o presente trabalho apresenta, na primeira parte, uma breve exposição do desenvolvimento do curso de aperfeiçoamento Relações Raciais e Educação na Sociedade Brasileira que aconteceu entre outubro de 2010 a março de 2011 no estado de Mato Grosso. A

seguir, apresentamos uma discussão conceitual a respeito das relações raciais, com uma análise preliminar dos relatos dos alunos e as considerações finais.

1.1 - Uma breve descrição dos cursos de aperfeiçoamento – o estado da arte

No Estado de Mato Grosso o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Raciais e Educação - Nepre oferece desde a sua criação em 2001 cursos de formação continuada dirigida a professores, gestores e técnicos das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação com a temática racial. Inicialmente através de convenio com as Secretarias Municipais e Estaduais realizou três cursos de extensão na modalidade presencial e a partir de 2006 oferece cursos de aperfeiçoamento e especialização na modalidade a distância e presencial em parceria com a NEAD e UAB.

O curso de aperfeiçoamento na modalidade à distância, objeto desse estudo, teve como objetivo formar 880 (quinhentos e vinte) professores e gestores em educação da rede de educação básica brasileira, para atendimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

A proposta do curso era atender prioritariamente os professores cujos municípios tivessem aderido ao PAR mas, entendemos que essa discussão perpassar ao ambiente escolar e se estender a sociedade como um todo. Com o objetivo de estabelecer os polos de atendimento presencial iniciamos o cadastro de interesse em janeiro de 2010 e encerram-se em março do mesmo ano. Nesse período se pré-inscreveram 4078 interessados. Distribuídos entre os 19 polos presenciais UAB disponíveis na época. Com a magnitude dessa demanda ficou estabelecido os polos de atendimento presencial que tiveram o maior número de inscritos: **Várzea Grande** com 1578 inscritos, **Sorriso** 593 inscritos, **Primavera** 369 inscritos, **Diamantino** 363 inscritos, **Lucas do Rio Verde** 174 inscritos, **Guarantã** 117 inscritos, **Barra do Bugres** 179 inscritos, **Juara** 244 inscritos, **Pontes e Lacerda** 204 inscritos, **Ribeirão Cascalheira** 144 inscritos.

Diante do estabelecimento dos pólos reabrimos novamente a inscrição para o curso e obtivemos 2.088 inscritos distribuídos entre os dez municípios selecionados. Porém, como o número de vagas era de 520 foi realizada uma seleção através dos seguintes critérios:

- ✓ residir no município que aderiu o par, exercer as atividades em escola,
- ✓ privilegiar grupos de professores de municípios próximos aos polos,
- ✓ distribuição de vagas para os que se auto declararam negros, pardos, brancos, indígenas e amarelos.

As turmas dos cursos ficaram assim distribuídas: 3 turmas em Varzea Grande, 1 turma em Sorriso e 2 duas Turmas em Alta Floresta, 2 turmas em Diamantino, 2 turmas em Primavera do Leste, 1 turma em Barra do Bugres, 2 turmas em Lucas do Rio Verde, 2 turmas em Juara, 1 turma em Ribeirão Cascalheira e Pontes de Lacerda. Nessas turmas tivemos alunos de 97 dos 141 municípios do estado de Mato Grosso.

O material didático na Educação a Distância deve realizar as funções que o professor executa em sala de aula, no ambiente presencial, como informar, motivar, controlar e avaliar. Ele deve, ainda, atender aos objetivos do curso, ser coerente com a linha pedagógica a qual está inserido, ter conteúdo claro e bem definido e possuir uma estrutura modular que facilite o entendimento do tema. Deve procurar, inclusive, retomar conceitos, permitindo que o cursista reflita e repense questões de sua vivência, relacionadas ao tema. (VELOSO e MENDONÇA, 2006)

Além disso, é necessário que o material tenha vocabulário de acordo com o nível do público que se pretende interagir. Compreendemos, também, que ele deve incitar, sempre que possível, o uso de recursos de áudio, vídeo e/ou imagens, para tornar o visual mais atraente e agradável, e conter mecanismos de auto-avaliação que facilitem ao cursista o acompanhamento do seu próprio nível de aprendizado. Além disso, deve sugerir fontes bibliográficas complementares e provocar as correlações necessárias com a prática social por meio de filmes, músicas e outros elementos presentes na vida social (EDUCNET, 2002).

Dessa forma, foi lançada uma proposta de elaboração de fascículos para diversos professores com temas voltados para a questão racial ficando o curso com as seguintes disciplinas distribuídas pelas 162 horas de estudo a distância.

- ✓ Introdução a ambiente de aprendizagem virtual,
- ✓ Tópicos especiais sobre a diferença,
- ✓ Introdução a História da África,
- ✓ Tópicos sobre a História do Negro na sociedade Brasileira,
- ✓ Pensamento Social brasileiro e a construção do racismo,
- ✓ Relações Raciais na sociedade brasileira,
- ✓ Construção social da idéia de raça,
- ✓ Identidade e Cultura Afro-brasileira,
- ✓ Reminiscências Africanas no Português do Brasil,
- ✓ Raça, Currículo e práxis pedagógica,
- ✓ Cotidiano escolar e estratégias pedagógicas de combate ao racismo,

Cada disciplina com suas respectivas atividades ficavam abertas por um período de 10 dias, dessa forma o aluno dedicava aos estudos 1,5 horas diária. O curso teve a carga horária de 186 horas, sendo 162 horas de estudo a distancia e 24 horas destinadas aos

Encontros Presenciais. O primeiro encontro aconteceu em outubro de 2010, o segundo em novembro e o terceiro em março 2011. Em todos os encontros foram realizadas atividades de estudo e orientação para elaboração do trabalho final – um projeto intervenção a ser desenvolvido em escolas.

Os tutores foram selecionados através de entrevistas nos pólos presenciais e os virtuais através do currículo, pois entendíamos que o tutor virtual tinha uma participação maior no curso, e por isso, deveria já ter conhecimento sobre a temática. Todos os tutores selecionados participaram de duas formações realizadas na Universidade Federal do Mato Grosso com os professores que produziram o material didático do curso.

O curso teve a duração de 06 meses e dos 520 alunos matriculados desistiram do curso 124 alunos. Dentre os alunos desistentes, muitos alunos apenas se matricularam no curso, porém nunca acessaram o ambiente virtual de aprendizagem, sendo estes retirados do curso após o fim da recuperação em dezembro de 2010.

Ao final do curso foi solicitado aos alunos que fizessem uma avaliação do curso abordando os conteúdos trabalhados, a realidade das escolas de seus municípios, o currículo, o projeto político pedagógico e seu envolvimento com a temática. Esses relatos estão disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem e foram copiados e salvos em arquivo Word para análise e até mesmo como cópia de segurança.

1.2 Considerações metodológicas

A presente pesquisa se propõe analisar a implementação da Lei 10.639/03 – formulada e implementada pela SECAD através dos programas Rede para a Diversidade e Uniafro no âmbito da UAB no estado de Mato Grosso. Como esses programas abrangem a universidade, o estado e seus respectivos municípios, optou por delimitar a área de estudo, focalizando os programas executados no âmbito da universidade através do NEPRE.

Para operacionalização da coleta de dados, adotou-se a triangulação de dados, cujo foco é a combinação de diferentes métodos de coletas de dados para a investigação de campo do mesmo fenômeno. A premissa básica da triangulação é a possibilidade de se compensarem as limitações de um método em particular com as forças de outro método de coleta de dados. No processo de avaliação de políticas públicas a avaliação por triangulação é uma forma de junção dos aparatos, objetivos e subjetivos, que buscam a compreensão das relações envolvidas no objeto de estudo (MINAYO et. all, 2005) no, caso a implementação da Lei 10.639/05 nos programas da SECAD.

Assim, no primeiro grupo de dados foram considerados os documentos e anotações tais como: a implementação, o processo de execução, a estrutura e alcance do programa, os recursos humanos e orçamentários, relatórios que compõem o modelo teórico delineado.

Para o grupo 2 e 3 foram utilizados questionários, por se considerar que a maioria dos sujeitos envolvidos no curso residem em municípios no estado de Mato Grosso. Desta forma, a aplicação de questionário se mostrou como uma técnica mais adequada por ser “[...] composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc” (GIL, 1999, p.128).

A aplicação do questionário se deu virtualmente. Porém, como a base de perguntas diferiam entre os cursos de 2009, 2010 e 2011. Resolvemos manter as perguntas que eram comuns entre ambos para fazermos uma análise em conjunto. Assim, na apresentação dos resultados desta pesquisa, convém salientar que serão apresentados os dados semelhantes e diferentes entre os cursos.

Para a análise dos dados foram utilizadas técnicas estatísticas descritivas e inferenciais. Nas análises descritivas foram utilizadas tabelas, gráficos, proporções ou porcentagens e medidas de posição e variação. Para a análise inferencial bivariada, foram utilizadas razões de prevalência brutas com seus respectivos intervalos de confiança de 95%, em conjunto com testes de qui-quadrado, razão de verossimilhança e teste exato de Fischer, para verificar a associação entre as variáveis dependentes e as variáveis independentes.

Nesta pesquisa foram considerados os dados dos 1674 alunos cursistas que se matricularem nos diversos pólos de apoio presencial da UAB. No entanto, serão apresentados dados somente do curso de aperfeiçoamento executado em 2010.

Utilizo então alguns gráficos para a caracterização dos alunos que participaram dos cursos a distancia executados pelo NEPRE de 2007 a 2011. Dentre essas características estão: o sexo, nível formação, tempo de serviço, vínculo empregatício, nível de ensino que lecionam, classificação racial.

1.3 - Breve perfil dos alunos do curso

Para Petri (1996), a EAD deve ser compreendida como uma modalidade de se fazer educação pela democratização do conhecimento, onde o conhecimento deve estar disponível a quem se dispuser a conhecê-lo, independente do lugar, do tempo e de engessadas estruturas formais de ensino. Dessa forma, no curso de 2010 foram matriculados 880 alunos cursistas nos seguintes municípios e pólos de apoio presencial da UAB: 1 turma em Barra dos Bugres,

1 turma em Guarantã do Norte, 1 turma em Sorriso, 1 turma em Ribeirão Cascalheira, 1 turma em Pontes e Lacerda, 2 turmas em Alta Floresta mas vinculadas ao polo de Sorriso, 2 turmas em Cuiabá mas vinculadas ao polo Várzea Grande, 2 turmas em Várzea Grande, 2 turmas em Diamantino, 2 turmas em Lucas do Rio Verde, 2 turmas em Primavera do Leste.

Nesta pesquisa foi evidenciado que a maioria dos alunos-cursistas é predominantemente feminina em todos os cursos conforme figura 1, 2 e 3. Cabe ressaltar que a grande maioria (97,79%) destes alunos eram docentes e ou exerciam outra função dentro das escolas, tendo vínculo empregatício, sendo que 67,23 exerce a profissão somente no estado e ou município, o restante exerce a função em dois ou mais estabelecimento de ensino e ou fora dele. Esses números revelam que a grande maioria dos professores tem na docência seu trabalho principal.

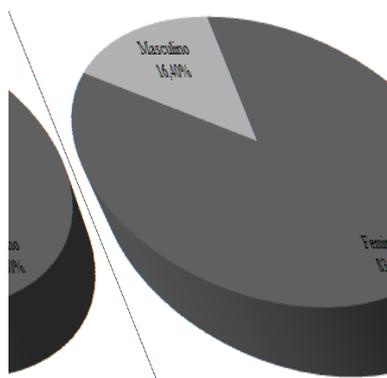


Figura 1 SEXO DO CURSO 2010

Esses resultados mostram que, 83,60% dos alunos que participaram dos cursos de formação continuada são do sexo feminino, contra pouco mais de 16,40% do sexo masculino. Tais dados corroboram com a pesquisa realizada por Teixeira (2006). Por isso, a autora afirma que a feminilização da categoria professor se faz presente em todo o país, onde se pode observar que a participação das mulheres nunca é inferior a 70% e nas maioria das unidades da federação é superior a 80%.

O fato de a maioria dos 67,7% alunos cursistas terem somente um vínculo empregatício mostra que os professores estão optando por trabalhar em apenas um estabelecimento de ensino. A própria LDB 9.394/96 aborda essa questão, no artigo 67, parágrafo V, que institui um período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho. Ou seja, prevê que o professor dentro da sua carga horária, tenha

possibilidade de se dedicar à sua formação, seja por iniciativa própria, seja por meio do que for ofertado pela instituição; esse direito também foi ratificado no § 4º do artigo 2º, da Lei n.º 11.738/2008.

No entanto, é ambígua a relação entre os desígnios legais e a realidade dos professores, embora tenhamos constatado que a maioria dos professores tem apenas vínculo empregatício como uma instituição de ensino há de se perguntar sobre 32,2% dos professores que trabalham em duas ou mais estabelecimentos de ensino Qual tempo eles tem para dar continuidade a sua formação? A necessidade de uma formação mais consistente requer dos estados e municípios investimentos na qualificação dos professores, pois, em sua formação o professor precisa ter tempo livre para desenvolver varias atividades que possibilitem refletir sobre os seus saberes e praticas.

Quanto a idade os alunos-cursistas observa-se na figura 2 que a grande maioria dos alunos matriculados está nas faixas etárias dos 30 aos 41 anos.

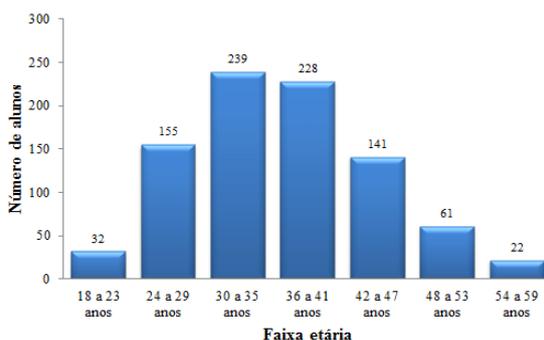


Figura 2 CURSO 2010

A faixa etária dos alunos correspondem ao perfil dos alunos da EaD, assim nos cursos 2,94% dos alunos estavam na faixa etária dos 18 a 23, 16,49% na faixa etária dos 24 ao 29, 25,22% na faixa etária dos 30 aos 41, 26,26% dos 36 aos 41, 15,24% dos 42 aos 47, 6,40% dos 48 aos 53 e 2,15% dos 54 aos 59. De acordo com o relatório produzido pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) no ano de 2009, a idade do aluno de EAD em âmbito nacional é mais avançada do que na educação presencial, ficando predominantemente acima de trinta anos. Já no censo da Educação Superior de 2011 a idade dos alunos que ingressa na educação a distancia varia mais do que um curso presencial, ficando na média dos 33 anos.

Segundo censo da ABED 2012 as mulheres que trabalham e tem em media 30 anos de idade são a maioria (51%) nos cursos autorizados e livres (que não precisam de autorização do Ministério da Educação) na educação a distancia. O perfil do aluno de EAD traçado na pesquisa mostra ainda que a maioria dos estudantes, um total de 85%, divide o tempo entre os estudos e o trabalho.

Quanto a formação dos alunos-cursistas verificamos que no curso de 2010 tivemos alunos que tinham a formação em nível médio. Entretanto, ressaltamos que estes alunos quando preencheram o questionário assinalaram que estavam cursando o ensino superior.

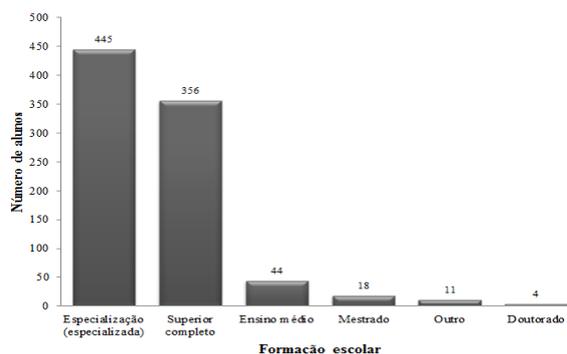


Figura 3 CURSO 2010

Em Mato Grosso a Secretaria de Educação (SEDUC) estabelece através da Instrução Normativa a cada ano os critérios para atribuição de classe e/ou aulas e regime/jornada de trabalho das unidades escolares da educação básica da Rede estadual de ensino através da contagem/classificação de pontos. Assim, para o professor permanecer na mesma escola ele precisa atingir a pontuação acima dos outros professores que pretendem ir para a mesma unidade de ensino. Dessa, forma o professor tem de participar de varias atividades se ele quiser permanecer na mesma escola.

Dentre os critérios adotados para o estabelecimento de pontos está à participação em cursos com carga horária acima de 240 horas. Foi em virtude dessa política da SEDUC que podemos observar que nos cursos executados nos anos de 2010 tivemos a maioria dos alunos com especialização, graduação, mestrado e doutorado. Como os cursos tinham a carga horária de 186 horas, os professores para completar às 240 horas teriam que fazer outros cursos com carga horária menor.

A importância da classificação racial para o estudo das desigualdades educacionais é apontada por vários pesquisadores desde o final dos anos 70 (ROSEMBERG, 1986;

HASENBALG; SILVA, 1979, 1988, 1990). Esse processo de identificação da raça/cor tem contribuído para a realização de estudos e pesquisas nacionais e internacionais. Dessa forma, adotamos o sistema de classificação racial do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), que utiliza categorias que expressam graduação de cor da pele, do branco ao preto. Assim, a composição racial do curso de 2010 foi a seguinte:

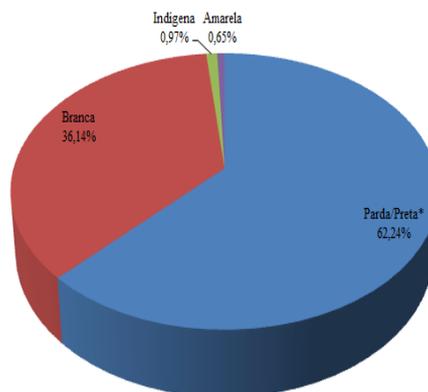


Figura 4 CURSO 2010

Não se pode precisar se essa representatividade dos pretos como alunos cursistas se faz presente na classificação racial dos professores em Mato Grosso, uma vez que, segundo dados do censo 2013 dos 34309 professores apenas 27,8% responderam a essa questão, assim dos 9362 que responderam 50,28% se auto-classificaram como brancas, 43,06% como pretas (e pardas), 0,49% amarelas e 6,16% indígenas.

Porém, Teixeira (2006) ao utilizar dados do Censo Demográfico de 2000 para caracterizar a categoria professor constatou que para o conjunto de professores brasileiros, assim como as regiões e unidades da federação a ocupação é sem sombra de dúvida feminina (81,2%) e branca (64,2%).

Uma análise preliminar

A análise desses dados ainda que incipientes mostram que a formação continuada executadas pelo NEPRE apesar de abranger professores residentes em mais de 50% dos 141 municípios do Mato Grosso ainda estão longe de efetivar a implementação da Lei 10.639/03 nesse estado. Esse fato se mostra visivelmente quando nos detemos a analisar a quantidade de

professores abrangidos em cada um desses municípios, percebemos que a representatividade é pequena se considerarmos a quantidade de professores do estado de Mato Grosso (34.309) e os abrangidos e formados pelo Programa da SECAD e UNIAFRO totalizando 2,56% dos professores do estado.

A análise desses dados indicam que apesar de se tratar de um programa federal com uma rede estruturada, o alcance dos processos de formação para a implementação da Lei 10.639/03 tem sido restritos no estado de Mato Grosso se considerarmos o tempo de existência da Lei e a quantidade de professores abrangidos pela política de implementação da referida Lei pelo MEC. A limitação de tal processo relaciona-se a política de contenção e direcionamento de gastos que tem marcado as ações no campo das políticas sociais.

Pode-se considerar, através do presente estudo que a implementação de uma política social, com vistas a garantir uma educação que contemple a diversidade, alude a um compromisso com a formação dos professores voltada para esse princípio. No entanto, a dicotomia entre os desígnios legais e a realidade do despreparo da maioria docente implica não somente na necessidade de elaboração de políticas de educação que contribuam para que os profissionais ressignifiquem concepções e construam essas práticas, bem como mostram a necessidade e urgência de se investir mais recursos tanto na formação inicial quanto continuada dos professores da educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana. Brasília-DF: MEC/SEPIR, 2005.

FERREIRA, Maria Claudia Cardoso. **A formação para as relações étnicorraciais e a profissionalização em História: saberes e práticas docentes no contexto da educação à distância.** Tese de Doutorado. Fundação Getulio Vargas, 2013.

HASENBALG, Carlos A. **Desigualdades Sociais e Oportunidade Educacional: A produção do fracasso.** Cadernos de Pesquisa/ Fundação Carlos Chagas, n. 63. Nov. 1987, 24 – 26.

PRETI, Orestes. Educação a distância: uma prática mediadora e mediatizada. In: **Educação a distância: inícios e indícios de um percurso**?. Cuiaba, UFMT, 1996

ROSEMBERG, Fulvia. Relações raciais e rendimento escolar. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: Cortez, n. 63, nov, 1987.

VELOSO, Najla, MENDONÇA, Patricia Ramos. Avaliando a Formação de Educadores para a Diversidade: a análise de duas experiências de formação desenvolvidas pela Secad. In: TELES, Jorge Luiz; MENDONÇA, Patricia Ramos (org). **Educação na diversidade: experiências de formação continuada de professores**. Brasília. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007, p. 15-79.